

## Gramsci e os movimentos sociais na América Latina

Carolina Alves de Oliveira\*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar o debate sobre movimentos sociais na América Latina, tendo como referência as proposições marxianas e os aportes teórico-metodológicos desenvolvidos por Gramsci. Numa conjuntura histórica em que o debate da luta de classes tem sido ocultado por uma teoria da conciliação de classes, apesar de intensas lutas sociais em resposta às ofensivas do modo de produção capitalista, faz-se necessário um debate crítico acerca dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Classes Sociais; Movimentos Sociais; Hegemonia.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyse the debate about social movements in Latin America, with reference to the Marxian propositions, in particular theoretical-methodological approach developed by Gramsci. In a historical context where the discussion of class struggle has been concealed, in favour of a theory of reconciliation – despite intense social struggles follow in response to the offensive of the capitalist mode of production – a critical debate about social movements is necessary.

**Keywords:** Social Classes; Social Movements; Hegemony.

### Introdução

Na primeira parte deste artigo, apresentaremos uma breve análise a respeito dos movimentos sociais e do debate sobre classes sociais, apontando para os principais dilemas das propostas analíticas presentes nas Ciências Sociais na atualidade, frente às transformações no mundo do capital. Na segunda parte, abordaremos os movimentos sociais na América Latina e suas particularidades decorrentes do lugar ocupado pelo território latino americano no modo de produção capitalista global, em especial na contemporaneidade. Posteriormente, faremos uma interface entre os apontamentos demonstrados pela pesquisa e as análises de Gramsci, buscando sinalizar sua importância para a construção de aportes teóricos que possibilitem a conquista de uma *consciência superior* pelas camadas subalternas.

---

\* Assistente Social, especialista em Serviço Social e Saúde e Mestre em Serviço Social (todos pela UERJ).

## 1 - Aportes para o debate sobre movimentos sociais

A definição sobre o conceito de movimentos sociais não é única e nem consensual. Segundo Freire & Barbosa (2011), é muito comum identificar de maneira errônea a noção de ação coletiva ao conceito de movimento social. É certo que todo movimento social carrega aspectos de ação coletiva, mas o contrário não acontece sempre. Partimos do pressuposto de que movimentos sociais são (COHN apud FREIRE & BARBOSA, 2011, p. 75):

(...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. (...) As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum.

Devemos atentar para as transformações socioeconômicas das últimas décadas do século XX, que contribuíram para que tais movimentos perdessem sua característica de unidade classista. O que não quer dizer que os movimentos sociais perderam sua importância na atualidade ou que a luta de classes e as classes sociais não existem mais.

45

Na medida em que o Capital se reproduz de forma ampliada se reproduzem as relações de classe, já que isto pressupõe a recriação ampliada da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que também reproduz o poder da classe capitalista. Nesta reprodução ampliada, tanto da riqueza quanto da pobreza, se reproduzem também os antagonismos de interesses que permeiam as relações de classe e que se expressam na luta de classes. Neste sentido, ao se manter o modo de produção capitalista as relações de classe permanecem.

Assim, de acordo com Marx e Engels, as classes se encontram relacionadas ao processo de divisão social do trabalho, constituindo um fenômeno social de oposição aos interesses de classes. Este processo engendra a auto representação consciente dos trabalhadores, em face de sua condição nesta relação de produção. A tomada de consciência expressa o ponto de partida para uma transformação política (MATTOS, 2007, p. 35).

O conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era uma constatação política de que o proletariado constituía-se numa nova força política, que acreditavam teria papel preponderante na luta pela emancipação.

Analisamos, portanto, que a categoria classe social se encontra imbricada a um processo de consciência articulado às relações de produção vigentes. Segundo com Mattos (2007), há um recuo na discussão sobre a atualidade dos conceitos de classe e luta de classes empregados por cientistas sociais e historiadores em geral. De acordo com este autor (*op. cit.*, p. 49),

as teses sobre o recuo da classe na atualidade – intimamente associadas à ideia de perda da centralidade do trabalho – são tentativas de resposta analítica a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo das últimas três décadas, pelo menos.

Após a crise capitalista dos anos 1970, assistimos a uma reestruturação mundial acompanhada de uma ruptura do compromisso social entre capital e trabalho, própria do período pós-guerra. Desta forma, a crise tem sido enfrentada através de um ataque aos mecanismos anticíclicos de base keynesiana, tendo na proposta neoliberal seu elemento substituidor. Assim, o capitalismo busca reestruturar os capitais e a intervenção do Estado com base na reestruturação produtiva e na destruição dos direitos dos trabalhadores (MOREIRA, 2008, p. 239).

46

---

A chamada revolução tecnológica coloca novos desafios na relação capital/trabalho, ao mesmo tempo em que o trabalho sofre ainda mais desregulamentação, flexibilização e precarização, tendo, como consequências, entre outras, o aumento do desemprego e do trabalho informal e a restrição de direitos.

Percebemos neste processo a fragmentação da organização da classe trabalhadora e o retrocesso da ação sindical. Além disso, os partidos da classe trabalhadora, socialdemocratas ou comunistas, sofreram retrocesso nos países da Europa Ocidental - em especial, após a queda do chamado socialismo real (MATTOS, 2007).

De acordo com Netto (*apud* PASTORINI, 2007), as expressões e representações tradicionais das classes e camadas subalternas apresentam crises e é neste contexto que surgem novos sujeitos coletivos, que vem vitalizando e renovando pulsões democráticas. Porém, estes novos sujeitos não foram capazes de articular, universalizar a pluralidade dos interesses subjacentes e seu potencial emancipatório se vê comprometido.

Segundo Freire & Barbosa (2011), tal reconhecimento não nega a importância dos movimentos sociais na atualidade, mas indica a necessidade de buscar compreender as lutas sociais nesta etapa do desenvolvimento capitalista de subordinação massiva do

trabalho ao capital.

Outrossim, surgem proposições analíticas em que as mudanças ocorridas no capitalismo indicariam o fim da centralidade do trabalho. Ou ainda, em que o declínio das formas de organizações tradicionais indicaria o esgotamento de uma proposta de transformação social centrada na ação dos trabalhadores. Perspectivas que apontam a crise dos pressupostos do marxismo - acusado de autoritarismo e de determinismo economicista - em geral argumentando que as contradições do desenvolvimento das forças produtivas não se fazem mais presentes e defendendo o revisionismo do conceito de classes sociais na atual sociedade.

Touraine, por exemplo, reelabora o conceito de classe social, desligando-o de seu elemento econômico e privilegiando os aspectos culturais e simbólicos (LARANJEIRA, 1990). Sob tal perspectiva, “a sociedade industrial teria dado lugar a uma sociedade pós industrial, na qual as dimensões culturais e simbólicas assumem a primazia na definição da conduta dos agentes sociais.” (*op. cit.*, p. 21). Em Laclau a perspectiva de totalidade dá lugar a ideia de pluralidade, onde existiria uma proliferação de espaços políticos.

Podemos perceber, que ambos os autores rejeitam a ideia de que as classes sociais podem ser portadoras de interesses comuns, os quais se encontram determinados pela sua posição na produção. Discordam da hipótese de que a abolição da propriedade privada represente a conquista da emancipação (*op. cit.*).

Tais autores valorizam a emergência dos movimentos sociais enquanto atores que fariam frente a diferentes tipos de dominação e de opressão, não somente as de caráter econômico. Uma vez que “propõem um entendimento do social e de sua transformação privilegiando as questões de ordem política em sua dimensão antiautoritária e libertária. Nesse sentido, essas proposições tornam-se extremamente atraentes.” (*op. cit.*, p. 23).

É certo que estamos diante de expressivas mudanças no mundo do trabalho da economia capitalista. Porém, isso não elimina a importância do aspecto econômico, já que de acordo com Lorangeira (1990), a reprodução da existência ainda depende em grande medida desta dimensão. Segundo a autora, o mundo do trabalho ainda absorve grande parcela da vida da maior parte dos sujeitos, mesmo se levamos em conta as sociedades capitalistas avançadas.

O que percebemos é o completo acirramento das contradições capitalistas. As inovações tecnológicas além de enxugarem quadros, vieram acompanhadas de

intensificação do ritmo de produção e da jornada de trabalho. Além disso, as rotinas fordistas se reatualizam em novos ramos como o de serviços e de comércio. As precárias e múltiplas novas formas de trabalho atestam a velha divisão entre exploradores e explorados (MATTOS, 2007, p. 53).

A nova diversidade da classe trabalhadora [com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.] não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a 'produtividade' do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobre trabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.

Segundo Mattos (2007), há de fato um declínio do protagonismo do setor operário da classe trabalhadora e uma ascensão dos movimentos sociais, onde o centro das lutas sociais deixa de ser o local de produção.

De acordo com a caracterização da reprodução cada vez mais ampliada do Capital, não é desprezível o sentido anticapitalista que tais movimentos são capazes de assumir. Afirmar a importância da dimensão econômica não significa cair na armadilha do determinismo econômico, nem negar o peso da dimensão subjetiva na formação de uma identidade, ou negligenciar o papel da ideologia. Pelo contrário, significa analisar as mudanças do modo de produção capitalista em uma perspectiva de totalidade em que, se a estrutura econômica permanece sob o mesmo modo de produção, permanecem as desigualdades e a exploração. É neste sentido, que se faz possível a luta pela emancipação humana em seu mais amplo sentido.

## 2 – Movimentos sociais na América Latina

É certo que o século XX foi um período marcado por grandes transformações na América Latina em que o processo de industrialização de seus países conduziu o desenvolvimento do capitalismo na região. Porém, é importante sinalizar que os países da América Latina adquiriram status de modernidade sem modificar características extremamente excludentes, guardando elementos atrasados. Com a generalização da proposta neoliberal, este processo se intensificou agravando problemas como desigualdade, pobreza e alta concentração de renda, trazendo consequências para a

organização das camadas subalternas.

A história da América Latina é marcada pela dependência, sendo seus movimentos sociais de pouca importância para o mundo. Porém, desde o início do século XX marcado por intensas transformações, diversos movimentos contestadores da ordem estabelecida se fizeram presentes. Podemos citar a greve dos mineiros no Chile, que culminou no terrível massacre de 1907 da Escola de Santa Maria, em Iquique, e também a Revolução Mexicana, de conteúdo nacionalista, agrário e anti-imperialista (FREIRE & BARBOSA, 2011).

Na análise das mudanças na América Latina, destacamos o fato de que a industrialização foi alcançada através de revoluções e contrarrevoluções. As ditaduras foram elementos marcantes, possibilitando uma virada liberal na história da região que foi transformada em laboratório privilegiado das experiências neoliberais no mundo (*op. cit.*). Diante das transformações econômicas e políticas do capitalismo nas últimas décadas, a América Latina passa por um processo com características ainda mais perversas.

Sob a hegemonia dos capitais financeiros e internacionais, a saída encontrada pela América Latina e pelo Caribe para enfrentar a crise capitalista foi a reestruturação do Estado e desregulamentação das relações econômicas e sociais: a perspectiva neoliberal. Intensificou-se o grau de heteronomia destes países em relação aos países do capitalismo central, bem como sua submissão aos ditames do capital e aos organismos internacionais, tais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI (BOSCHETTI, 2009). Assim, de acordo com Maranhão (2008, p. 49),

a cada nova crise financeira, o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial é empreendido pelos Estados Nacionais com maior energia, liberalizando a economia dos países, reforçando a dependência financeira através da dívida interna e externa (com a ajuda de juros extorsivos), limitando os investimentos governamentais no serviço público, privatizando os bens, serviços e fundos públicos, desenvolvendo novas formas de investimentos externos diretos e concentrando nas mãos das transnacionais uma grande quantidade de capital que antes era de domínio coletivo.

Com a ascensão do neoliberalismo assistimos à derrota de segmentos representativos das camadas subalternas, embora com o acirramento da crise capitalista em nível internacional surjam reações populares marcadas por uma simbologia de rebeldia e de unidade continental (FREIRE & BARBOSA, 2011). Como exemplo

podemos citar a Revolta Popular de Chiapas de 1995, as mobilizações em Seattle de 1999, as revoltas populares no Equador, na Bolívia e na Argentina entre os anos 2000 e 2001, e o início das reuniões do Fórum Social Mundial (*Op. cit.*, p. 82).

De acordo com Freire & Barbosa (2011), nos vemos diante de um novo processo, onde se abre um cenário propício ao surgimento e proliferação de movimentos sociais. Porém, há uma pluralização e perda de hierarquia entre esses movimentos, o que leva a um afastamento de seu caráter classista (*idem*).

Nos anos 80 tivemos uma expressiva ação sindical. No Brasil, por exemplo, surgiu o novo sindicalismo, que contestava o modelo sindical então vigente, baseado numa ação de cooptação e atrelamento ao Estado.

O sindicalismo foi visto, durante amplo espaço de tempo, como grande expressão dos movimentos sociais na modernidade. Porém, as mudanças do capitalismo no final da década de 80, trouxeram aos países da América Latina consequências quanto às lutas sociais. As transformações no mundo do trabalho, seguindo a lógica do capitalismo global, precarizaram as relações de trabalho sob processos de terceirização e flexibilização, aumentando o grau de desigualdades já acentuado na maior parte desses países. Isto afetou o processo de organização e mobilização dos trabalhadores. Para Domingues (*apud* BARBOSA & FREIRE, 2011, p. 85)

A crise da dívida dos anos 1980, o neoliberalismo na década seguinte, a reestruturação produtiva na mesma época, novas formas [mais liberais desfavoráveis aos sindicatos] e, com efeito, o surgimento de fortes movimentos de desempregados apontavam rumos diferentes para os movimentos sociais da região.

Na década de 90, estendendo-se para o início do século XXI, os movimentos sociais passam a ganhar uma expressão que não tinham garantido no período anterior, organizados a partir da reivindicação do atendimento de demandas mais específicas. Ganham destaque nos anos 90, reivindicações em torno da questão da violência e da criminalidade nas periferias. Não podemos deixar de citar os meios de luta institucionais, através dos conselhos, conferências e fóruns, os quais também se fizeram presentes neste momento (*Op. cit.*).

No cenário brasileiro, as temáticas em torno das quais muitas lutas foram e continuam sendo travadas neste novo processo são: ocupação do espaço urbano, moradia, saúde, educação, desemprego, reforma agrária e movimentos étnico-raciais. Neste

sentido, temos assistido a uma etnização dos conflitos sociais, em especial na região Ondina e na América Central, onde se verifica uma politização das identidades étnicas que não pode ser vista em todos os países (DOMINGUES apud FREIRE & BARBOSA, 2011).

Movimentos em torno da questão da raça, articulando a importância da valorização da identidade com a luta por ações afirmativas, na cobrança de uma dívida social que se perpetua há séculos nesses países também se encontram presentes, assim como as organizações em torno da identidade de gênero (*Op. cit.*).

Os movimentos de luta pela terra sofreram fortes impactos e um consequente recuo, frente à modernização excludente da agricultura que atinge esses países. Porém, em realidades como o Brasil e a Colômbia, estão contidos os mais expressivos movimentos em torno do tema, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Movimentos em torno da luta por direitos humanos possuem destaque na Argentina e no Chile. Aqueles em defesa do meio ambiente sofreram certo recuo com a institucionalização formal do tema e com a substituição do movimento por grupos profissionais e por Organizações Não Governamentais (ONGs). Assim também, recuou a luta feminista com a incorporação do tema pelas ONGs.

Há um elemento que não pode deixar de ser sinalizado, a incorporação de demandas populares por setores do empresariado, através da elaboração de projetos financiáveis para prestação de serviços assistenciais. Isto contribui para a descaracterização da luta de classes, já que classes dominantes e subalternas manteriam uma relação de cooperação, obscurecendo os conflitos classistas. Neste processo, não só entidades patronais como também bancos de desenvolvimento e de cooperação internacionais, grandes fundações privadas e o Banco Mundial, passam a financiar ou a criar suas próprias entidades. Expressivas parcelas da militância têm se incorporado nestas instituições, profissionalizando-se como assessores de movimentos populares. Neste sentido, se obscurecem os verdadeiros interesses desta relação.

Os movimentos religiosos tiveram papel importante nas décadas de 70 e 80, mas, no cenário brasileiro, apresentaram recuo e fragmentação de propostas na última década do século XX. Não podemos deixar de afirmar sua importância, na medida em que assistimos a forte influência religiosa em diversos movimentos políticos na América



Latina. O movimento estudantil readquire forças no cenário atual, onde assistimos a diversas ocupações e reivindicações de estudantes no Brasil e no Chile, em defesa da qualidade de ensino e contra a corrupção e desvio de verbas públicas.

Diante do acima exposto, fica clara uma pluralização dos movimentos sociais na América Latina nos últimos anos, que de acordo com Freire & Barbosa (2011) são fruto e elemento da complexidade da modernidade posta em prática nestes países. O destaque desses movimentos em relação às tradicionais organizações é característica deste processo. Segundo as mesmas autoras, “em função de sua pluralidade, metas variáveis e novas alianças que não são necessariamente dadas desde sempre, começam a se configurar revelando os desafios desses movimentos na contemporaneidade.” (*Op. cit.*, p. 93)

Não podemos deixar de afirmar que, as transformações dos movimentos sociais na América Latina estão diretamente imbricadas com o processo de reestruturação capitalista, advindas da crise do capital na década de 1970. Desta forma, se encontra profundamente articulada aos ditames dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Podemos afirmar que vem daí o movimento de institucionalização dos movimentos sociais através das ONGs, facilitando o controle do Capital sobre as ações políticas das camadas subalternas, além do controle nos âmbitos social e econômico.

Assistimos, portanto, a uma busca pelo Capital em socializar novos valores e regras de comportamento. Em torno do discurso de igualdade, da eliminação da exclusão social e do bem comum, a burguesia busca eliminar os antagonismos de classe, sob um suposto e falacioso consenso ativo, que implica em uma verdadeira reforma intelectual e moral sob direção burguesa. Embora estejamos diante de uma realidade complicada para os movimentos sociais de esquerda tradicionais, onde a pluralidade dos movimentos sociais acentua as dificuldades de articulação em torno de um projeto de classe emancipatório, não podemos deixar de sinalizar a potencialidade de tais movimentos na luta por um novo projeto societário.

### **3 – Movimentos sociais latino-americanos e a contribuição gramsciana para a conquista da hegemonia**

Diante de propostas particularistas e fragmentárias, no que diz respeito aos movimentos sociais na contemporaneidade, a reflexão gramsciana nos oferece

importantes subsídios para o debate.

As mudanças no mundo do Capital reapresentam velhas contradições sob nova roupagem, alterando a correlação de forças posta na dinâmica social. Na América Latina, onde se perpetua pelos séculos a dependência, a característica excludente se amplia com tais transformações. Além de novos padrões econômicos, chegam à cena novos valores e regras de comportamento, a fim de atender às necessidades de produção e reprodução capitalista. As reflexões a respeito dos movimentos sociais na contemporaneidade não fogem a essa regra. Conforme já apontado anteriormente, sob a ideia do fim do trabalho, da sociedade pós-fordista, as proposições marxianas de análise são desvalorizadas, como se os antigos antagonismos e contradições não mais se fizessem presentes. Propostas particularistas e fragmentárias seguem em evidência, em detrimento de uma perspectiva de totalidade universal, de um diferente projeto emancipatório da sociedade.

Gramsci parte de uma concepção da realidade enquanto totalidade, histórica, envolvendo antagonismos e contradições, que procura desvendar através de sua teoria. Diante da falsa identificação da teoria gramsciana com particularismos, se faz necessário afirmar que o autor defende uma proposta de caráter revolucionário. Trata o social e o político de forma articulada com o fator econômico, compreendendo a política enquanto elemento mediador entre a produção material e a reprodução da vida humana (SIMIONATTO, 1997). Segundo Simionatto (*op. cit.*, p; 1):

Não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos.

Assim, partir da perspectiva de totalidade, fortalecendo a construção de uma nova cultura emancipatória é colocar-se contrário à manipulação e alienação fragmentária e aleatória. É fazer frente às regras e valores de comportamento de uma direção ideológica burguesa, corporativas, individuais e despolitizantes. É reafirmar valores comuns às camadas subalternas em oposição ao Capital.

Desta forma, devemos compreender a cultura não apenas enquanto aquisição de conhecimentos, como expressão de dimensões particulares, conforme afirmaram Touraine e Laclau, mas como tomada de posição. Torna-se necessário retomar seu sentido de transformação societária, onde “através da conquista de uma consciência superior (...)”

cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres.” (GRAMSCI apud SIMIONATTO, 1997, p. 4)

A noção de cultura em Gramsci, enquanto forjadora da liberdade, contribui para o momento catártico, para a passagem de um momento meramente econômico (egoístico-passional) para o ético-político (SIMIONATTO, 1997). Portanto, sob as proposições gramscianas, de que a vida social é produto da ação dos homens - levando-se em conta as condições históricas objetivas destes – pressupõe-se a possibilidade destes sujeitos imprimirem sua consciência e vontade na transformação do real.

Atentando para a correlação de forças do processo catártico, torna-se necessário abandonar o modo de pensar corporativo em busca de um projeto coletivo. Assim, para Gruppi (*apud* SIMIONATTO, 1997, p. 5):

Constituir-se como classe hegemônica significa, assim, ‘tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais (...) de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança’ na luta por interesses comuns.

Desta forma, só poderemos superar os pluralismos e particularismos adotando uma postura totalizante e universal, no que diz respeito à vontade dos grupos subalternos. Devemos buscar direção intelectual e moral, a hegemonia, travando um combate no campo das ideias e da cultura, a fim de fazer frente às concepções burguesas. Porém, a reforma intelectual e moral deve estar articulada a uma reforma econômica, onde “o avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformação também nas esferas econômica e social” (GRAMSCI apud SIMIONATTO, 1997, p. 6). Assim, fica claro que a luta de classes e a possibilidade de superação desta sociedade permanecem presentes.

### **3.1 – Estado e Luta Política**

Diante da realidade contemporânea, percebemos uma mudança na correlação de forças entre as camadas subalternas e a burguesia: apresenta-se uma necessidade falseada de um Estado menos intervencionista, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, porém mais ágil para a acumulação capitalista. Percebemos assim, um retrocesso das tradicionais organizações dos trabalhadores diante das transformações do capital, já que com a correlação de forças desfavorável às camadas subalternas, decretou-se uma

diminuição crescente e significativa dos direitos sociais. Desta forma, se faz importante compreender a teoria do Estado proposta por Gramsci, já que sendo este elemento composto por correlação de forças deve ser analisado enquanto campo de disputa pelas lutas das camadas subalternas.

Na concepção gramsciana, o Estado é formado por ditadura e hegemonia. “Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 2007, p. 128). De acordo com Carnoy, a hegemonia passa a fazer parte do Estado e “[...] o Estado torna-se um aparelho de hegemonia, abrangendo a sociedade civil, e apenas distingue-se dela pelos aparelhos coercitivos, que pertencem apenas ao Estado” (CARNOY, 2008, p. 99). Desta forma, o Estado seria “uma extensão do aparelho hegemônico, como parte do sistema desenvolvido pela burguesia para perpetuar e expandir seu controle sobre a sociedade no contexto da luta de classe” (CARNOY, 2008, p. 100).

Na América Latina, sob as transformações no cenário capitalista mundial, dadas a partir das últimas décadas do século XX, o Estado passa a assumir as requisições impostas por organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. O mote principal de seus ditames se constitui na valorização da lógica de mercado e na focalização das políticas sociais na extrema pobreza, através de programas de transferência de renda.

Ideologicamente, através de uma indistinta relação entre sociedade civil e interesses das camadas subalternas, a sociedade civil é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, obscurecendo os antagonismos de classes. Sob tal perspectiva, passa ficar a cargo desta sociedade civil a responsabilidade do encaminhamento das expressões da questão social. De acordo com análises gramscianas, como a de Simionatto (1997, p. 10):

a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, a vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições.

Assim, na concepção gramsciana não há uma homogeneização dos interesses, mas a sociedade civil é espaço de correlação de forças, onde deve ser travada uma luta pela hegemonia em busca de uma nova cultura emancipatória.

É certo que, conforme exposto, existe um florescimento de novas expressões coletivas na contemporaneidade. Assim sendo, devemos reafirmar a cultura pública e democrática, de forma a defender o caráter universal e classista das lutas políticas das camadas subalternas, a fim de dar resposta às proposições fragmentárias em evidência atualmente. Há que se induzir um esforço no sentido de imprimir nessas lutas um projeto que não esteja restrito a questões pontuais. A *pequena política* situada nas questões parciais e cotidianas, deve dar lugar à *grande política* vinculada a um processo de emancipação social: “O esmaecimento dos processos de luta de dimensão global é alvo privilegiado das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares” (*Op. cit.*, p. 13).

Analisamos que os movimentos passam a desempenhar nesta conjuntura um papel fundamental nas relações entre Estado e Sociedade, em especial da defesa de interesses universais, reafirmando a primazia do público sobre o privado. É, portanto, apenas tendo como referência interesses universais, que será possível o exaurimento do Estado-coerção em favor da sociedade civil. É só a partir daí que será possível a construção de uma nova cultura emancipatória. Destacamos aqui a importância do papel do partido político, o qual deve articular os diferentes interesses em interesses universais.

### **Considerações finais**

O período de transformações capitalistas advindo da década de 70, trouxe consequências para as lutas das camadas subalternas da América Latina. Suas organizações tradicionais se encontram em movimento de retrocesso e novos atores tomam lugar no cenário político na contemporaneidade.

Os processos de precarização das relações de trabalho, de diminuição dos direitos sociais, de uma violenta ofensiva ideológica burguesa, contribuíram para a fragmentação dessas lutas, imprimindo a estas, dificuldades de afirmação de um projeto emancipador para a sociedade. Porém, isso não nos leva a negar a potencialidade transformadora que esses novos sujeitos sociais podem assumir. Mesmo considerando este processo fragmentado e fragmentador da história das camadas subalternas, atravessada por ideologias conservadoras, Gramsci compreende que, é a partir da práxis política que se abre a possibilidade de se passar da fragmentação à unicidade (SIMIONATTO, 1997).

A luta de classes é inerente a esta sociedade e na contemporaneidade tem assumido nova roupagem, a do efêmero e descontínuo. Sendo assim, percebemos que assume nova complexidade indicando a necessidade de alianças entre as lutas das camadas subalternas, no sentido de conferi-las status de universalidade. As dificuldades impostas nesses tempos não nos devem furtar a esperança da construção de uma nova cultura e, conseqüentemente, de uma nova sociedade. Seguindo o exemplo gramsciano, importa-nos resgatar o método histórico-dialético de análise que, embora as transformações ocorridas nos últimos tempos, permanece atual e é o único capaz de nos oferecer a compreensão do caráter contraditório da sociedade, para que possamos intervir nesta realidade.

### Referências bibliográficas

- ALEJANDRA, Pastorini. *A Categoria Questão Social em Debate*. 2 ed. São Paulo: Cortês, 2007.
- BARBOSA, Maria Clara de Arruda & FREIRE, Silene de Moraes. Movimentos Sociais na América Latina: principais aspectos postos ao debate. *Temporalis*, n. 21, Brasília, jan/jun 2011. p. 71-95.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2009, p. 174-195.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 14 ed. São Paulo: Papyrus, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson – A dualidade de poderes. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. 8 ed. São Paulo: Cortes, 2008.
- LARANJEIRA, Sônia. Classes e Movimentos Sociais na América Latina: questões para o debate. In: LARANJEIRA, Sônia. *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 19-29.
- MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti & ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs). *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo, Cortez, 2008, p. 38-58.
- MARX, Karl. *Para uma Crítica da Economia Política*. Ridendo Castigat Moraes, 1857. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/criticadaeconomia.html>. Acessado em 21/05/2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista Em Pauta*, n. 20, Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. p. 33-54.
- MOREIRA, M. C. O Serviço Social do INSS a partir da década de 1990: análise da implantação da Matriz Teórico-Metodológica. In: BEHRING, Elaine Rossetti ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs). *Trabalho e Seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo, Cortez, 2008, p. 235-252.

SIMIONATTO, Ivete. *O social e o político no pensamento de Gramsci*. In: Gramsci e o Brasil. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?id=294&>. Acessado em 12/12/2012.